

Questões de gênero na arena da educação e as pautas de torsão e refutação

Gender issues in the arena of education and the torsion and refutation guidelines

RESUMO

O presente artigo objetiva pensar as questões de gênero no campo da educação brasileira, compreendida como arena onde são disputadas duas perspectivas sobre gênero. Na primeira entende-se o gênero como torção, pois este é pensado em contraposição à noção instituída historicamente, colocado como problema para o pensamento e apreendido como possibilidade forjada na cultura e nas relações de saber-poder. A segunda se refere à questão de gênero como refutação à torção, nega-o como artefato da cultura e assenta-o como dimensão biológica e naturalista na composição do sexo e da sexualidade na qual sexo biológico, sexualidade e gênero coincidem. Nesta perspectiva as questões de gênero são tomadas como uma ideologia, e enquanto tal, deve ser negada, silenciada, refutada. As duas perspectivas, no tempo presente brasileiro, instituem um cenário de debates e disputas acerca de processos de constituição do sujeito estudante e do governo das suas condutas sexuais, sociais e políticas. As reflexões sobre tais questões são fundamentadas teoricamente no pensamento de Michel Foucault e Judith Butler, com ancoragem nas noções "constituição do sujeito", "governamentalidade", "discurso" e "performatividade".

Palavras-chave: Gênero. Educação. Escola. Formação humana. Disputas.

ABSTRACT

This article aims to think about gender issues in the field of Brazilian education, understood as the arena where two perspectives on gender are disputed. In the first one, gender is understood as twisting, since it is thought in opposition to the notion instituted historically, posed as a problem for thought and apprehended as

* Pós-doutor pela USP e professor pela UFCG.

a possibility forged in culture and in relations of know-power. The second refers to the question of gender as a refutation to torsion, denies it as an artifact of culture, and establishes it as a biological and naturalistic dimension in the composition of sex and sexuality in which biological sex, sexuality and gender coincide. In this perspective gender issues are taken as an ideology, and as such, must be denied, silenced, refuted. The two perspectives, in the Brazilian present time, set up a scenario of debates and disputes about processes of constitution of the student subject and of the government of their sexual, social and political conducts. Reflections on such issues are theoretically grounded in the thinking of Michel Foucault and Judith Butler, anchored in the notions of "subject constitution," "governmentality," "discourse," and "performativity."

Keywords: Gender. Education. School. Human training. Disputes.

Introdução

No presente artigo elegemos como objetivo pensar as questões de gênero no Brasil remetendo-nos ao campo da educação, de modo mais específico, à educação escolar. O nosso movimento do pensar pauta a relação gênero e educação a partir de duas perspectivas em disputa. Na primeira, entendemos essa relação como uma torção, no que se refere ao gênero, pois torce e reconfigura as ideias instituídas ao longo da história judaico-cristã ocidental acerca do sexo, sexualidade e gênero. Na segunda, referimos que o gênero é apreendido como refutação à torção, ou seja, trata-se de uma distorção, no sentido de fazer prevalecer e conservar a ideia instituída sobre sexo, sexualidade e gênero. As reflexões sobre tais questões têm como principais referências teóricas o pensamento de Michel Foucault e Judith Butler, ancoradas a partir das noções: "constituição do sujeito", "governamentalidade", "discurso" e "performatividade".

Compreendemos a educação como uma prática política, racionalizada e histórica que visa a formação de sujeitos a partir de determinados referenciais sociais e políticos acerca do que deva ser o homem e a mulher, situados/as num tempo histórico e num espaço geográfico. Desse modo, a educação é empreendida por diversas instituições, tais como a escola, a prisão, o hospital, o quartel, a igreja, a família, os meios de comunicação. No entanto, dentre essas instituições, a escola, desde o século XVIII, com o projeto moderno de universalizá-la, se constituiu até o presente como a principal agência educativa, podendo ser entendida, a partir do pensamento foucaultiano, "como uma eficiente dobradiça capaz de articular os poderes que [nela] circulam com os saberes que a enformam e [nela] se ensinam, sejam eles pedagógicos ou não" (VEIGA-NETO, 2016, p. 15). De acordo com Louro (2003, p. 87):

Servindo-se de recursos materiais, de símbolos e de códigos, a escola delimita espaço, afirma o que cada um/a pode ou não pode fazer, separa e institui. Para aqueles e aquelas que são admitidos no seu interior, a escola determina usos diversos de tempo e do espaço, consagra a fala ou o silêncio, produz efeitos, institui significados [...].

Deste modo, ainda seguindo as afirmações de Louro (p.88): “Uma especial vigilância é dedicada, no espaço escolar, para os processos de constituição do gênero e da sexualidade”. Assim sendo, a partir de relações de saber-poder que disciplinam e constituem os/as estudantes, por séculos, a escola operou hegemonicamente com a mesma lógica de sentido e de modelo de sujeito adotada pela família tradicional e pela igreja judaico-cristã, sustentada pelas noções de patriarcado e heteronormatividade, fazendo coincidir sexo, sexualidade e gênero, e pelas normas a partir das quais vigiava e punia comportamentos que se desviassem de tal lógica de sentido. Todavia, sobre essas relações operantes na educação escolar disciplinar e biopolítica, outras relações assentadas na resistência forjaram perspectivas outras para a educação, configuradas como lutas por direitos. Nestas estão postas a inclusão igualitária de sujeitos impedidos, silenciados e excluídos pela educação, fomentando a sua cidadania e constituindo-os como sujeitos de direitos, no caso, as mulheres, os gays, as lésbicas, as/os travestis, as/os transexuais e as/os transgênero.

Questões de gênero e a educação

Nas duas últimas décadas no Brasil, a educação tem sido constituída como uma arena na qual se disputam projetos e possibilidades de constituição de sujeitos envolvendo as questões relacionadas ao gênero e às sexualidades. Neste caso, em relação a tais questões e a educação, mais especificamente a educação escolar, temos no momento duas perspectivas sobre formação humana, gênero, sexualidades e constituição de sujeitos que estão em debates e em acirradas disputas. Em estudo acerca da genealogia das questões de gênero na América Latina, Miskolci e Campana (2017, p. 734) afirmam:

Encontramos três elementos comuns às diferentes realidades nacionais em que tais debates ganharam relevância: 1. Todas ocorreram a partir da virada do milênio; 2. Emergiram em países que passaram a ter governos de esquerda; e 3. Deflagraram-se em torno de reformas educacionais e legais.

Esses debates constituem uma batalha discursiva que materializam concepções antagônicas de sociedade e de sujeitos. Segundo Foucault (2013, p. 60), os discursos são “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”. Neste caso, vemos ser construídos dois campos discursivos: de um lado, temos diversos movimentos sociais de mulheres e de LGBTs denunciando e lutando contra as violências e agruras por que passam muitas mulheres, a exemplo dos muitos casos de feminicídios, violência doméstica, desigualdades de salários e de oportunidades de progressão profissional no mercado de trabalho, e as pessoas LGBTs que enfrentam diariamente casos de assassinatos e situações de violências físicas e morais causadas pela homofobia, lesbofobia, transfobia. De outro lado, temos grupos das igrejas cristãs e algumas organizações da sociedade civil, a exemplo dos movimentos “Escola sem Partido”, “Revoltados On Line” e “Movimento Brasil Livre” (MBL). Estes pregam e atuam em defesa do conservadorismo, negando e descaracterizando as questões de gênero ao denominá-las de “ideologia de gênero”, ou seja, uma falácia.

A primeira perspectiva se refere à relação entre educação e gênero como torção, no sentido de pensar essa relação como problema para o pensamento e

para as práticas políticas, apreendendo o gênero como possibilidade forjada na cultura e nas relações de saber-poder, e assim sendo, os gêneros masculino e feminino seriam construídos como performatividades, não sendo, obrigatoriamente, coincidentes com o sexo biológico.

A segunda perspectiva se refere à questão de gênero como refutação, negando a existência da questão de gênero como artefato da cultura e das relações de saber-poder, afirmando-a a partir da ideia de constituição biológica e natural dos gêneros a partir da composição dos sexos, tendo como modelo o mito bíblico de Adão e Eva, que traduz, para a civilização ocidental o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória, ou heteronormatividade, assumindo as questões de gênero como uma ideologia, e por isso, deve ser negada, refutada, silenciada.

Pensar a educação como uma arena na qual se disputam concepções de sociedade e de sujeitos, situando-a a partir da pauta questões de gênero, nos remete a problematizar as redes de força sócio-políticas, econômicas e culturais que se mobilizam visando à constituição de crianças, adolescentes e jovens, tomando-os como o outro, numa acepção de diferença e de singularidade, ou na condição de continuidade de um si mesmo no outro, numa acepção pré-definida, essencialista e universalista de ser sujeito.

Numa ou noutra acepção, considerando-se a função primordial da escola moderna iluminista, tais sujeitos tem a sua constituição a partir da sua condição geracional - crianças, adolescentes e jovens – e na sua condição social e política de educando, de escolar, de sujeito em processo de formação pessoal, profissional e política dentro de determinado campo de moralidade, que, de modo geral, ainda operacionaliza os processos de ensino e aprendizagem centrados na heteronormatividade, no patriarcado e na correspondência direta entre sexo de nascimento e gênero.

Assim, nas lutas que se travam contemporaneamente no Brasil, no que diz respeito à educação escolar, para além das apreensões de saberes e conhecimentos e do desenvolvimento de destrezas técnicas e científicas, o que está em disputa e tensão fortemente vivenciada é a formação moral e política dos sujeitos educandos e educandas, no âmbito da escola, quanto aos processos de objetivação e os modos de subjetivação desses sujeitos em relação a sua sexualidade, seus modos de produzir desejos e formas de satisfazê-los e de obter prazeres. Considerando-se a governamentalidade como o governo de si e dos outros, como ação de direção das condutas, como governo dos corpos e da alma de indivíduos ou populações, como estruturação das ações de outros (FOUCAULT, 2010), podemos compreender que temos em disputa dois projetos distintos de governamentalidade para os sujeitos infantis e juvenis a serem formados pelas instituições educativas, em especial, a escola.

Documentos oficiais e a igualdade de gênero entre homens e mulheres heterossexuais

As questões referentes a gênero, propriamente ditas, tem a sua imersão nas pautas do campo educacional brasileiro bastante recentemente, na década de 1990, trazidas pelo movimento feminista. Esse movimento que de início foi hegemonicamente constituído por mulheres brancas, intelectualizadas, heterosse-

xuais e de classe média, pautado num movimento de dobra público-privado, ou seja, o si, o lar e a sociedade, dizia respeito, de modo efetivo, às questões da condição de ser mulher e das suas demandas numa sociedade machista. Em tal perspectiva, discutir gênero seria discutir “coisas de mulher”, por mulheres, sendo a discussão centrada na questão do direito à igualdade, direito igualitário, o direito à educação, por exemplo, haja vista que durante séculos a educação formal no Brasil tenha sido pensada apenas para homens e praticada por homens, provocando um hiato educacional e, conseqüentemente, o déficit educacional das mulheres.

Entre os documentos destinados a regular a educação, é na promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, seguindo a letra do texto da Constituição de 1988, que o direito das mulheres à educação é assegurado, mas aparece subsumido na questão da cidadania, que assevera o direito de todos à educação, todos, sem pontuar a questão lacunar do hiato e do déficit educacional das mulheres e sem se referir à questão de gênero. Em tal perspectiva, o acesso das mulheres à educação não pareceu produzir conflitos entre família, escola e igreja, até por que neste período já havia sido superada a discussão sobre a necessidade e a possibilidade de escolarização da mulher e a sua demanda social, política e econômica já estava devidamente posta. É na discussão e produção dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, em 1997, sob a gestão educacional do governo de Fernando Henrique Cardoso, e do seu Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, que aparece pela primeira vez a referência e a nomeação da categoria gênero, de forma clara e concreta, em documentos oficiais referentes à política educacional e às práticas de ensino e aprendizagem na escola.

Os PCNs constituem “uma proposta de conteúdos que deve orientar a estrutura curricular de todo o sistema educacional do país, servindo como um referencial e não como uma diretriz obrigatória” (BRASIL, 1997, p.133). No volume destinado aos chamados Temas Transversais, referente à sexualidade, entre os objetivos postos ao Ensino Fundamental quanto à orientação sexual, está que ao fim desta etapa do ensino, os alunos sejam capazes de reconhecer como determinações culturais as características socialmente atribuídas ao masculino e ao feminino, posicionando-se contra as discriminações a eles associados. E no chamado “Bloco de Conteúdos”, entre o conteúdo “Corpo: matriz da sexualidade” e o conteúdo “Prevenções às doenças sexualmente transmissíveis”, está o conteúdo “Relações de gênero”. Salientando, de certo modo, a incipiência das questões de gênero na educação no período de publicação dos PCNs, ou a pequena importância dada ao tema gênero, nas 23 referências bibliográficas utilizadas na elaboração deste documento referentes ao tópico orientação sexual, consta apenas uma referência sobre gênero, o livro publicado pelo S.O.S CORPO, intitulado *Gênero e cidadania: Viagem ao mundo da contracepção*, datado de 1991.

No texto do conteúdo Relações de gênero é explicitado o conceito de gênero que norteia as orientações postas à educação quanto a esse item:

O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de masculino e feminino como construção social. O uso desse conceito permite abandonar a explicação da natureza como

responsável pela grande diferença existente entre os comportamentos e lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade. (BRASIL, 1997, p. 144).

Explicitando a materialidade e a operacionalidade deste conceito, lê-se em tal documento: “Nessas referências existe a preocupação expressa com a criação de novos padrões de conduta, capazes de criar uma sociabilidade pautada na igualdade de gênero” (BRASIL, 1997, p.144).

Não podemos ignorar, considerando-se a historicidade das questões de gênero no nosso país, a importância da letra desse documento e das perspectivas que ele aponta. Tais perspectivas se encontram presentes, também, no Plano Nacional de Educação – PNE, promulgado em 2001, com vigência até 2011. Mas que significações tais perspectivas engendram e apontam?

A este respeito, podemos ler nos PCNs que a discussão sobre gênero objetiva:

Combater as relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para a sua transformação. A flexibilização dos padrões visa permitir a expressão de potencialidades existentes em cada ser humano que são dificultadas pelos estereótipos de gênero. Como exemplo comum pode-se lembrar a representação das expressões de sensibilidade, intuição e meiguice nos meninos ou de objetividade e agressividade nas meninas (BRASIL, 1997, p. 144).

Na elaboração e publicação dos dois documentos, os PCNs e o PNE, a abordagem do gênero não suscitou grandes debates e nem disputas ensandecidas referentes a projetos de governamentalidade de corpos e almas dos sujeitos em formação, pois a discussão de gênero nesse patamar não afrontou as normas sacras que fazem coincidir o sexo biológico, os papéis sociais de macho e fêmea humanos e as formas de desejo e prazer sexuais socialmente estabelecidas, ou seja, a heteronormatividade e a heteroperformatividade estavam, então, preservadas, devendo os alunos aprenderem a tolerar e a respeitar certa flexibilidade quanto às características físico-sociais-emocionais de sujeitos que expressem comportamentos diferenciados do socialmente esperado, mas que não afetam a normatividade do sistema sexo biológico-heterossexualidade-gênero.

GÊNERO E EDUCAÇÃO: pensamentos antagônicos e pautas em disputas

Nos documentos referidos anteriormente, na noção de gênero apresentada não constam questões pontuais e específicas acerca da homossexualidade, da travestilidade e da transexualidade. Sobre tal noção de gênero, nos diz Cesar (2010, p.71):

[...] só há espaço para a correspondência entre corpo-sexo-desejo, isto é, corpo ‘masculino-pênis desejo feminino’ e ‘feminino-vagina-desejo masculino’ de modo que as características atribuídas aos dois gêneros, isto é, meiguice, objetividade e agressividade, constituem uma resposta imediata a esse sistema normativo de sexo gênero. Nessa perspectiva, trabalhar as relações de gênero significa apenas e tão somente demonstrar que meninos podem ser também meigos e sensíveis sem que isso

possa ‘ferir’ sua masculinidade, e que meninas podem ser agressivas e objetivas, além de gostarem de futebol, sem que essas características firam sua feminilidade.

De acordo com Foucault (1988, p. 132), “O conceito de sexualidade que pertence à nossa história nasceu como a justa medida de separação entre normalidade e anormalidade”. A educação, nas diversas instituições que a exerce, a exemplo da família, da escola e da igreja tem agenciado as suas ações de acordo com essa política de diferenciação visando efeitos de vigília e punição aos sujeitos diferentes, visando a sua recuperação, normalização ou exclusão. Neste sentido, quando a questão de gênero é remetida à igualdade de direitos nas relações de gênero, no Brasil das últimas décadas, tal pleito já era uma questão, de certo modo, socialmente negociada, consentida, posto que o fato de parte considerável das mulheres estudarem, trabalharem e gerirem a sua família e a sua casa, com acúmulo de jornadas e ocupações já era, em certa medida, aceito socialmente e politicamente.

Neste sentido, na conjuntura da qual brotaram os dois documentos acima descritos, assume-se a questão de gênero como questão tolerável. A questão de gênero, neste sentido, assume na conjuntura da qual brotaram os dois documentos descritos como questão tolerável, pois não abala normas fundamentais nos modos de governamentalidade estabelecida. Todavia, nessas últimas duas décadas, corpos estranhos portadores de desejos e prazeres diferentes à heteronormatividade têm habitado física e politicamente o campo da educação, demonstrando e reivindicando poderes de legitimidade dos seus modos de ser e de viver, bem como direitos civis que lhe assegurem a condição de cidadania. Ou seja, o que estava nas margens, no plano do desconsiderado, do desvalor e, de certo modo, do invisível, adentram ao campo social e educacional, reivindicando o status de cidadão e cidadã de direitos.

Em tal movimento, a estatização e sacralização do sexo biológico e da sua função enquanto fonte de prazer físico, satisfação psíquica e reprodução da espécie a partir, apenas, da junção de um corpo originalmente masculino com outro corpo originalmente feminino passam a ser afrontadas, trazendo transbordamentos e intercruzamentos para a noção de gênero, principalmente para a questão da identidade de gênero, da identidade sexual e dos papéis de gênero, assumindo-se a identidade de gênero como uma construção social, cultural e política na qual a transgeneridade é um efeito concreto do desejo do sujeito que ao se objetivar, coloca-se como sujeito de saberes e de poderes como conhecimento para os outros e se subjetiva como conhecimento para si, construindo possibilidade social e política enquanto sujeito.

Produz-se assim uma torção na ideia reificada posta sobre o gênero, colocando em suspeição e descrédito a ideia de sexo-gênero como dádiva divina e como definição absoluta e natural assentada na matriz religiosa fundada na teoria criacionista, no mito de Adão e Eva. Nas palavras de Machado (2017, p. 175), podemos entender que a torção consiste na repetição de um pensamento de modo a afirmar a sua diferença, e não a buscar a sua identidade, criando um duplo capaz de comportar o máximo de modificação do pensamento inicial.

Neste sentido o gênero não seria natural, mas performático, como assinala Judith Butler (1993), não estando necessariamente e obrigatoriamente vinculado ao

órgão genital-sexo biológico do sujeito macho ou fêmea. Sobre o seu livro intitulado *Problemas de Gênero*, a filósofa, em matéria do *Jornal Folha de São Paulo*, on-line, de 21 de novembro de 2017 (s. p.) assinalou ter buscado

afirmar a complexidade de nossos desejos e identificações de gênero e se juntar àqueles integrantes do movimento LGBTQ moderno que acreditavam que uma das liberdades fundamentais que precisam ser respeitadas é a liberdade de expressão de gênero.

Em entrevista ao *Jornal Publica*, on-line, de 30 de agosto de 2017 (s. p), a educadora Jimena Furlani nos fala porque essa noção de gênero referida por Butler produz impacto perturbador em instituições conservadoras. Diz:

O conceito gênero permite explicar os sujeitos LGBT, especialmente os sujeitos trans, na medida em que discutem, por exemplo, a identidade de gênero e o uso do nome social. Portanto, a perspectiva de gênero está na base dos novos direitos humanos e na justificativa das políticas de amparo às mulheres que repercute nas discussões acerca do conceito de vida e das leis sobre direitos sexuais e reprodutivos, e aborto e à população LGBT. Sem dúvida, se considerarmos que o conceito gênero permite as discussões acerca da posição da mulher na sociedade, da aceitação dos novos arranjos familiares, das novas conjugalidades nos relacionamentos afetivos, ampliação da forma de ver os sujeitos da pós-modernidade e no reconhecimento da chamada diversidade sexual e de gênero, então, não há campo do conhecimento contemporâneo mais impactante e perturbador para as instituições conservadoras e tradicionais que os efeitos reflexivos dos estudos de gênero.

A aceitação social dos sujeitos trans, das diversas formas de constituição familiar, das conjugalidades diversas e a descriminalização do aborto são tomadas pelos grupos conservadores como uma afronta à moral de duas instituições responsáveis por reger o corpo e alma dos sujeitos: a família e a igreja.

Assim, essa noção de gênero, apontada por Butler e Furlan, que movimentos progressistas organizados de feministas, LGBTTs, educadores, entre outros, que na vigência do governo de Dilma Rousseff, quiseram fazer constar no Plano Nacional de Educação de 2011 e fundamentar políticas públicas de e para a educação. É esta compreensão de gênero que vai ativar acirradas disputas na arena educação. Esta noção de gênero vem sofrendo uma estrondosa ação de refutação por grupos políticos conservadores e sujeitos diversos ligados, principalmente, às igrejas cristãs, capitaneados pelo Movimento “Escola Sem Partido” e pela “bancada evangélica” no Congresso Nacional, principalmente a partir de 2013/2014 nos processos de elaboração dos Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação, fazendo uma distorção desse conceito, denominando-o de “Ideologia de Gênero”. Sobre tal “Ideologia”, os Bispos reunidos na V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe (Celam) de 2007, conhecido como “Documento de Aparecida”, citada por Miskolci e Campana (2017, p. 727-728), assim se pronunciaram:

Entre os pressupostos que enfraquecem e menosprezam a vida familiar, encontramos a ideologia de gênero, segundo a qual cada um pode escolher sua orientação sexual, sem levar em consideração as diferenças dadas pela natureza humana. Isso tem provocado modificações legais que ferem gravemente a dignidade do matrimônio, o respeito ao direito à vida e a identidade da família.

Esta percepção das questões de gênero assumida pela Igreja Católica, a partir da qual tem chamado os seus padres e fieis a lutarem contra a ideologia de gênero, é a mesma adotada por outras igrejas cristãs de matriz protestante, como podemos ver nas palavras da cantora Gospel Cristina Mel, da Igreja Assembleia de Deus, postas no jornal on-line Folha Gospel de 15 de fevereiro de 2017 (n. p):

É importante que a igreja tome uma posição, estamos em guerra. [...]. Que geração é essa que não sabe nem dizer se é menina ou menino? O que estão fazendo com a mente dos nossos filhos? E onde estamos como pais? Os pais têm que tomar uma posição, tem que vigiar, cuidar.

Refutando as questões de gênero, os acusadores e acusadoras da chamada “ideologia de gênero” ser algo nefasto que contraria a vontade divina e destrói a família ao colocar em perdição as crianças, e por isso, a condenam, buscam disputar a concordância e a parceria da população em geral, utilizando-se de um discurso performático (FOUCAULT, 2010), propagado nas redes sociais, mídias e igrejas com enunciados carregados de forte apelo ao medo do que seria a catástrofe humana produzida pela consideração, respeito e acolhimento à diversidade sexual e à diversidade de gênero, entre outras questões correspondentes ao gênero.

Assim, diz-se que a chamada Ideologia de gênero é uma “ditadura gay”, pautada no “gayzismo”, em alusão ao nazismo, que a partir de uma lógica política totalitarista quer forçar as “pessoas normais”, as “pessoas de bem” a aceitarem, acolherem e normalizarem práticas e comportamentos sexuais que destroem a família e a sociedade. É neste sentido que o chamado “Movimento Escola sem Partido” tem se pautado, arregimentando os agrupamentos de sujeitos religiosos, parlamentares e agrupamentos da sociedade civil de ideologia conservadora, entre outros, centra a discussão da questão da educação escolar, pautando a exclusividade da família na educação moral dos seus filhos, tendo como um dos seus lemas: “meu filho, minhas regras”. Nas palavras de Bárbara, Cunha e Bicalho (2017, p.110):

Para conseguir maior adesão da população e justificar a proteção da família, da criança e do adolescente, o projeto inventa categorias como “ideologia de gênero” onde, seguindo propaganda partidária veiculada na mídia televisiva, o professor estaria “fazendo a cabeça” da criança desde a educação infantil, de que “menino pode ser menina e menina pode ser menino”. Daí em diante passa-se a defender que questões morais, religiosas e ideológicas seriam propriedade privada da educação familiar, enquanto ao professor se destinaria a função de apenas instruir.

Com esse entendimento, os grupos contrários ao que nomeiam ideologia de gênero partem para o ataque, travando uma guerra ideológica contra a condição de sujeitos de direitos daqueles e daquelas que contrariam a heteronormatividade e a heteroperformatividade, condenando, assim, o grupo dos “invertidos pecadores” à impossibilidade de se constituírem família, de se constituírem na família, na escola e nas igrejas, para desse modo, assegurar a manutenção da família heterossexual, natural e sagrada. A ignorância, a desinformação, a fé cega, a fabricação de “pós-verdade” e notícias *fakes* são os instrumentos de luta nessa guerra que fomenta o ódio à diversidade sexual e de gênero, legitimando o sexismo, a misoginia, a homofobia e a transfobia, desconstruindo possibilidades de significados diferentes da heteronormatividade para os corpos, desejos e prazeres.

As ações desse movimento têm produzido efeitos deletérios para a educação básica em muitas redes municipais de escola pública, conseguindo aprovar nos planos de educação municipais de algumas cidades, a retirada de qualquer menção às questões de gênero, tendo conseguido o mesmo feito no Plano Nacional de Educação, aprovado em 25 de junho de 2014, como Lei de nº 13.005, o que vem a demonstrar a força política que esse movimento vem assumindo no tempo presente, o que tem causado preocupação para os sujeitos que defendem uma sociedade que prima pela democracia e pela possibilidade de que todas as pessoas possam viver a sua condição de cidadãos e cidadãs de direitos.

Considerações finais

Neste artigo procuramos demonstrar e problematizar a oposição de percepções acerca das questões de gênero na educação, que aqui agrupamos em duas perspectivas, denominadas de torção e refutação. Essa oposição tem alimentado disputas ideológicas e políticas e se constituído a partir de campos discursivos antagônicos, produzindo nas duas últimas décadas, no Brasil, intenso embate. Neste sentido, nesta década tem havido mobilização de grupos conservadores, religiosos e da sociedade civil, que lutam de modo aguerrido e performático contra a emergência das questões de gênero nos planos nacional, estadual e municipais de educação e à liberdade de pensamento dos professores no exercício da docência, atingindo os princípios democráticos que devem reger a gestão escolar.

Assim, destacamos que a ação desses grupos de ideologia política conservadora tem provocado retrocessos no campo das políticas e das práticas da educação escolar, buscando assegurar, ao seu modo, a construção de uma escola pública cujo ensino seja desprovido de qualquer prática de criticidade quanto às questões que envolvem o gênero, a sexualidade, a moral social e a política. Dessa maneira, vão provocando retrocessos em relação à conquista de direitos humanos, sociais e políticos de mulheres, homossexuais, lésbicas, travestis e transexuais, mas não apenas, pois na pauta dos conservadores que tem conquistado hegemonia na política de governos nesses últimos anos no Brasil, e em outros países, contempla outras questões, tais como: política de imigração, privatização do patrimônio público, redução da menoridade penal, discriminações étnico-raciais etc.

Evidencia-se que nessa disputa ideológica e política, os diversos grupos que se colocam na luta pela expansão e asseguramento dos direitos civis das mulheres e dos sujeitos LGBTs, exercendo uma torção no entendimento por séculos hegemônico quanto ao gênero e a sexualidade, têm levado adiante as suas lutas pautadas em reivindicações e também tem produzido um campo discursivo denunciando discriminações e violências. Todavia, percebemos que há certa institucionalização dos estudos, análises e discussões sobre tais questões que ainda não conseguem se expandir para toda a sociedade, ficando muitas vezes o seu conhecimento restrito a partes da comunidade acadêmica e grupos de militância.

Assim, pensamos que é preciso repensar as formas de divulgação dos resultados de tais investimentos visando um maior esclarecimento, convencimento e mobilização da opinião pública acerca das questões de gênero e sexualidade na perspectiva da torção. Isto demanda a urgência de se produzir maneiras e canais de comunicação novas com a população, pois não é fácil lutar contra pensamentos

sedimentados ao longo da história que naturalizam socialmente a relação sexo biológico-heteronormatividade-reprodução humana e gênero que normalizam a subserviência e inferioridade da mulher ao homem, a exemplo do mito bíblico de Adão e Eva, e a discriminação e violências cometidas contra pessoas LGBTs, orientadas por enunciados do tipo “Deus não criou homossexual, lésbica, travesti, transexual e transgênero e, por isso, essas pessoas não merecem ter direitos”, propagado por grupos que lutam contra a denominada “ideologia de gênero”.

Referências bibliográficas

BÁRBARA, Isabel S. M. S; CUNHA, Fabiana L. da; BICALHO, Pedro P. G. de. Escola sem Partido: visibilizando racionalidades, analisando governamentalidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *ESCOLA “sem” PARTIDO: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p. 105-120.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Judith Butler escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque sofrido no Brasil. *Jornal Folha de São Paulo*. São Paulo, 21 nov. 2017. Ilustríssima. Online. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em 22 nov. 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual*. V. 10. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n. 9394/96. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Educação PNE 2001-2011*. Brasília: Inep, 2001.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base*. Brasília: Inep, 2015.

CÉSAR, Maria R. de A. Sexualidade e gênero: ensaios educacionais contemporâneos. *Instrumento: Rev. Est. Pesq. Educ.*, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, jul./dez. 2010.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria T. da C. Albuquerque e J. A. Ghilhon Albuquerque. 21ª reimpressão. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *O Governo de Si e dos Outros*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. *A Arqueologia do Saber*. 8. ed. 2ª tiragem. Tradução de Luiz F. Baeta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FURLAN, Jimena. Existe “Ideologia de gênero”? *Jornal Publica: Agência de Jornalismo Investigativo*. São Paulo, 30 ago. 2016. Disponível em: <<https://apublica.org>> Acesso em: 21 nov. 2017.

LOURO, Guacira Lopes. O currículo e as diferenças sexuais e de gênero. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). *O currículo nos limiares do contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 85-92.

MACHADO, Roberto. *Impressões de Michel Foucault*. São Paulo: n.1 edições, 2017.

MEL, Cristina. Fim dos tempos: Igreja Anglicana se posiciona a favor da ideologia de gênero. *Folha Gospel online*, 15 nov. 2017. Disponível em: <<https://folhagospel.com>> Acesso em: 21 nov. 2017.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, set/dez 2017.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault & a Educação*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

Sobre o autor

Professor de Filosofia da Educação na Universidade Federal de Campina Grande - campus de Cajazeiras. Pós-Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo.
E-mail: dorgefernandes@yahoo.com.br

Recebido em 28/7/2018

Aprovado em 10/11/2018

Como referenciar esse artigo

FERNANDES, Dorgival Gonçalves. Questões de gênero na arena da educação e as pautas de torsão e refutação. *Argumentos: Revista de Filosofia*. Fortaleza, ano 11, n. 21, p. 82-93, jan.-jun. 2019.